

**RESUMO EXECUTIVO DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE AVALIAÇÃO DA
CONFORMIDADE – 1º Ciclo 2011**

DATA: 26/04/2011

LOCAL – INEMTRO- XERÉM

PARTICIPANTES – CONFORME LISTA DE PRESENÇA

REDATOR: PATRÍCIA SARDENBERG 9SECRETÁRIA EXECUTIVA DA RBMLQ-I

Tema 1 - Tratamento e destinação de produtos apreendidos pela RBMLQ-I -

Sr. lobo da Dqual registrou que o documento está pronto. A ideia é passá-lo para o Conselho Gestor para aprovação final na Plenária. Enfatizou que o material está bom e contempla as orientações necessárias a toda RBMLQ-I. Ressaltou, após interpelado sobre a possibilidade de alteração que contribuições significativas e pertinentes podem ser consideradas. O documento foi encaminhado á Rede pela Divec. Se Eduardo do Ibametro disse ter sido criada uma comissão de descarte de produtos e documentos e que as informações estariam disponíveis. Sr. Lobo reiterou a possibilidade de fazer ajustes, mas o tema para Plenária é deliberativo. A proposta é realmente aprovação do documento.

Ficou consensado que o documento será encaminhado à Profe antes da Reunião Plenária para análise dos pontos polêmicos e, considerando, ainda, que o controle de prazos não foi previsto. Destruição depois de esgotadas as apelações? Considerar recursos administrativos?

Tema 2 - Fiscalização em Portos e Aeroportos –

Ainda não aprovado. Projeto em trâmite no Congresso em fase final. Além disso, há a revisão da Lei 9933 preste a ser encaminhada á Casa Civil.

Tema 3 - Participação da RBMLQ-I no processo de inclusão de registros de acidentes no banco de dados de acidentes de consumo –

Projeto já implantado – parte dele já virou processo. Canal onde o cidadão pode registrar os acidentes de consumo. Trata-se de um banco de dados para melhoria dos regulamentos, criação de outros, inovação, aperfeiçoamento de produtos por parte de fabricantes. O canal está dentro do site do Inmetro. A proposta é a criarmos o canal em âmbito regional. Levamos a proposta de participação da Rede à Plenária numa breve apresentação e levantar a possibilidade de um link com a base de dados nos estados através de seus próprios sites. Compromisso junto á mídia local. Sugestão de melhoria para banco de dados único. Tema deliberativo – 20 min

Tema 4 - Melhoria no processo de aquisição de selos –

Tema de caráter informativo. Há um inquérito correndo na Polícia Federal – Operação Olho de Boi. – Sr. Lobo disse ter sido arrolado no inquérito como suspeito. Foi procurado pelo superintendente do PF – encarregada de apurar os fatos. Fraude na concessão de selos. Envolvia

gráfica, Inmetro, pessoal da Rede. Só foi contatado após apuração do envolvimento dele. Em resumo, teve que envolver o Presidente do Inmetro, Sr Omer e o Sr. Marcelo da Profe. Seguiu em sigilo de justiça – termo de confiabilidade. Explicação do que aconteceu – falsificação e comercialização de selos legítimos. Sr. Lobo contextualizou à respeito da atividade de inspeção técnica e manutenção em extintores de incêndio, breve relato dos procedimentos que envolvem avaliação por parte do Inmetro da capacidade produtiva das empresas. Para comprar se selos tem que passar, obrigatoriamente, pelos órgãos delegados – avaliar se a empresa está regularizada, se a solicitação está compatível com a capacidade produtiva dela. O Inmetro conhece o intervalo da numeração adquirida pelas empresas – há todo um controle. Há um tempo, houve uma limpeza nas empresas prestadoras de serviço – Antes essas empresas eram certificadas, agora trata-se de registro. As empresas estão vendendo parte dos selos que adquirem de forma correta e vendendo para essas empresas que estão fora do registro do Inmetro. Vários mandados de interdição, inclusive de fiscal do Inmetro. Está sendo introduzido aperfeiçoamento nessa metodologia – identificação local de utilização, necessidade de nota fiscal para solicitação de mais selos – a ideia também é chamar atenção para o risco. Teria mais gente da rede envolvida. Foram presos treze pessoas, nove conseguiram habeas corpus, há dois foragidos. – Encaminhar à Plenária – 30 min.

Na oportunidade Sr. Sérgio Maia da AEM-MS falou de um derrame de selos – falsificação de selos no Mato Grosso do Sul. Ficou definido que haverá um evento específico para divulgação da Operação Olho de Boi e do derrame de selos falsos, via EAD – videoconferência. Tem que fazer chegar mais próximo do corpo técnico essas informações. Realizar antes da Plenária. Para os técnicos a apresentação seria de 1 hora. Definir com Professor Américo – segunda pela manhã ou sexta à tarde quando os técnicos estão nas sedes, sugeriu Sr. Omer. Realizar três sessões, de forma a contemplar todos os órgãos delegados.

Tema 5 - Portaria Inmetro nº 166, de 08 de abril de 2011 p procedimento de fiscalização e coleta de amostras de produtos têxteis para avaliação da fidedignidade das informações –

Sr. Lobo disse tratar-se de uma dívida para com a Rede – ensaios de produtos têxteis – expandir a atuação. – amostras em laboratório – PR. Houve comprometimento por parte de GT para o desenvolvimento de uma Portaria específica para tal. Decidiram não aguardar a Plenária para aprovação final da Portaria – publicada em 08.04. Decisão seria comunicar na Plenária a atuação em campo desse procedimento. Sr. Sérgio Maia da Aem-MS fez menção à advertência em erro trivial na Portaria. Disse entender que autuar por advertência gera fragilidade. A NIE não é pública e a portaria é. Esses erros podem induzir o consumidor, mas nada que o prejudique, disse o Sr. Marcelo da Divec. Advertência é punição. Após três meses vai ser autuado, se reincidir, perdeu a primariedade. Importante é o que está chegando para o corpo técnico da Rede. Sr. Sérgio ressaltou, ainda, que o nº de coletas por estado para encaminhar ao laboratório do PR é muito reduzido. Sr. Lobo lembrou que hoje está se autuando também o comerciante não só o fabricante. Sr. Omer acha que isso ainda não está muito bem entendido. Sr. Sérgio reiterou seu posicionamento quanto a ser desnecessário publicar o procedimento por Portaria não por NIE. Sr. Marcelo da Divec disse que a resolução prevê isso. Sr. Lobo registrou a possibilidade de que ajustes na portaria. Sr. Omer falou do erro intrínseco, da ausência de etiqueta. Isso tem que ser fiscalizado, autuado não dá é para multar por erros triviais. Há de se ter bom senso. A graduação para esses casos tem que existir.

Procedimento da fiscalização é pertinente a área técnica e multa é procedimento da área jurídica.

Sugestão do Sr. Lobo é apresentar na Plenária. Disse que o GT pode ser reconvocato e reavaliar os trabalhos. Reabrir a discussão Solicita ao Sr. Sérgio da Aem-MS enviar sugestões. Prestar conta a Plenária – pontos mais fortes da Portaria – 30 min

Tema 6 - Inspeção de Cargas Perigosas -

Os estados podem trabalhar e tem até 3 anos se acreditar. Trata-se de uma alternativa para os órgãos delegados; é interessante. Se o órgão se acreditar o preço é livre. Cuidado para não usar a estrutura dos órgãos delegados – do convênio e o recurso entrar como receita própria. Pode usar a estrutura e entrar como recurso do convênio. Assunto não encaminhado à Plenária.

Projeto de Infraestrutura laboratorial FINEP/Sibratec –

Projeto prevê atuação na área de ensaios e metrologia nas regiões desassistidas – Aguardar MCT aprovar o projeto, onde pode ser feito. Apresentar Plenária em caráter informativo – 15 min.

Tema 7 - Descontaminação veículos tanque/cargas perigosas –

Alguns estados estão realizando a atividade com o caminhão contaminado – riscos. O que fazer? Quando da implantação do regulamento foi dado um prazo, mas o prazo acabou. Estados que não tem descontaminadora registrada. Há uma série de requisitos que as empresas não tem condição de atender. Requisitos preventivos que tem que ser discutidos. Encaminhamento – reunião com Barradas. Levantar alternativas para evitar riscos maiores. Sr. Sergio Maia da Aem-MS sugeriu dotar os órgãos delegados de explosímetros. Encaminhar à Plenária o que está sendo feito – caráter informativo.

Tema 8 - Cestas básicas. –

ANVISA está dando autorização para montagem de cestas de alimentos independente de certificação. Houve questionamento sobre a obrigatoriedade na fiscalização. Se há um regulamento, um programa, tem que fiscalizar. Aperfeiçoamento do programa? Poder de regulamentação é do ministério da Agricultura. Encaminhamento – Reabrir a discussão com o MAP e Ministério do Trabalho. O programa está enfraquecido. Se não houver entendimento o Inmetro descontinua o Programa. Reabrir as conversas para fazer os ajustes que o programa requer ou dar descontinuidade.

Próxima Reunião: 19/10/2011

Horário: a definir

Local: a definir

